

CONTRATURNO ESCOLAR: QUE TEMPO É ESSE DE EDUCAR? REFLEXÕES A PARTIR DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

AFTER-SCHOOL: WHAT TIME IS THIS FOR EDUCATION? REFLECTIONS FROM A SYSTEMATIC REVIEW OF THE BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION

Gabriela Herz 1

Daniela Tomio 2

Katiúscia Raika Brandt Bhringer 3

Resumo: O contraturno escolar foi criado para suprir uma demanda social, de onde deixar as crianças enquanto os pais trabalham. Diferente disso, mais que um lugar para o passar o tempo, o contraturno precisa se constituir um tempo de oportunidades à educação integral dos estudantes e de suas comunidades. Com o objetivo de compreender a identidade educadora do contraturno escolar, inventariamos 34 trabalhos de pesquisa. A partir de uma revisão sistemática da produção científica brasileira, analisamos as acepções, os participantes, a gestão do tempo, os locais, as atividades fins e os objetivos. Concluímos, quatro modelos de contraturno escolar. O desafio é converter esse tempo, seja na escola ou em outras instituições, para produzir experiências coletivas e singulares, por processos de aprender diferentes conhecimentos, mas sobretudo, de desenvolver-se, na intencionalidade, com os outros e em seus territórios e assim, educar(se) integralmente.

Palavras-chave: Contraturno escolar. Tempo integral. Educação Integral. Identidade educadora

Abstract: After-school hours were created to link a social demand, where to leave children while their parents work. Then this, more than a place to spend time, after-school hours need to be a time of opportunities for the integral education for students and their communities. With the aim to understand the educational identity of after-school hours, we inventoried 34 research works. Based on a systematic review of Brazilian scientific production, we analyzed the meanings, participants, time management, locations, core activities and objectives. We concluded four models of after-school hours. The challenge is to convert this of time, whether at school or in other institutions, to produce collective and singular experiences, through processes of learning different knowledge, but above all, of developing, intentionally, with others and in their territories and thus, educate yourself fully.

Keywords: School hours. Full-time. Integral Education. Educator identity

- 1 Licencianda em Pedagogia (pela Universidade Regional de Blumenau - FURB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5240364102609761>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6796-6737>. E-mail: gabrielaherz7@gmail.com
- 2 Doutora em Educação Científica e Tecnológica (pela UFSC). Docente pesquisadora na Universidade Regional de Blumenau (FURB), nos cursos de Pós-graduação em Educação (PPGE) e Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECIM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8383031584501078>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5578-7822>. E-mail: danitomiobr@gmail.com
- 3 Graduada em Letras (pela FURB), Mestre e Doutoranda em Educação (pela FURB). Professora da Educação Básica Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7545765553179043>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7166-7943>. E-mail: katiraika@gmail.com

Introdução

O contraturno escolar tem se estendido, especialmente pela rede privada, a sua oferta como mais uma possibilidade de educar crianças no turno posteriormente às aulas obrigatórias e estabelecidas por lei. Com a expansão da oferta do contraturno escolar por iniciativas privadas, em instituições não associadas às escolas já credenciadas, fica o impasse de quem é o responsável pela autorização de funcionamento, regulamentação, fiscalização e assessoramento dessas instituições. Desse modo, os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação têm trabalhado para o reconhecimento e o acompanhamento legal dessas unidades de Educação Infantil e de Escolas.

O aumento de contextos de contraturno tem se tornado objeto de mercantilização, por vezes sem o monitoramento por parte do poder público, a inquietação é sobre como a educação tem acontecido para crianças e adolescentes que ficam um “turno” de seus dias nesses contextos. Já quanto à realidade das redes públicas, observamos a falta de integração entre as atividades do contraturno em secretarias e suas respectivas políticas, ora localizadas na Educação, ora nos Esportes ou na Assistência Social, bem como o caráter de provisoriedade e de descontinuidade das ações dedicadas a esse tempo ampliado de educação.

Do mesmo modo, um olhar panorâmico para produção científica brasileira, nos permite localizar uma expressiva quantidade de pesquisas sobre ou no contraturno escolar, com diferentes temáticas, mas especialmente na investigação de estudos de caso em diferentes redes públicas de ensino e de como elas têm se organizado temporalmente no desafio da ampliação da jornada escolar e na promoção da educação em tempo integral. Pesquisadores apontam que no Brasil houve um aumento de investigações sobre a educação de tempo integral, especialmente a partir do ano de 2010, com a implementação de políticas públicas no país, pelo Ministério da Educação, como o Programa Mais Educação (Hayashi; Kerbauy, 2016; Santos; Silva, 2019).

Se é lugar de educação e de pesquisa, de aumento de experiências educativas de ampliação do tempo escolar, o que caracteriza a identidade educadora do contraturno escolar? Embora o termo “contraturno escolar” esteja presente nos discursos sociais e nos discursos acadêmicos, destacamos lacunas em sua conceituação, pois o termo é, na maioria das vezes, apenas citado nos trabalhos. Nessa direção, pressupomos que esclarecer o que é contraturno escolar torna-se relevante para compreender a identidade educadora desse contexto, que faz parte das rotinas de muitas crianças e adolescentes.

Historicamente, o contraturno escolar foi criado para suprir uma demanda social, de onde deixar as crianças enquanto os pais trabalham. Assim, pressupomos que mais que um lugar para o passar o tempo, o contraturno precisa se constituir um tempo de oportunidades à educação integral dos estudantes e de suas comunidades.

Diante disso, podemos compreender aspectos pertinentes à organização do tempo diário escolar, no que se tem concebido como “turno” e, por conseguinte, as relações com o “contraturno”. Sobre esse, particularmente, interessou-nos conhecer: O que é o contraturno escolar? Quem participa dele? Que atividades são desenvolvidas nesse tempo? Onde ele acontece? Quais são os seus objetivos? Para buscar respostas a essas indagações desenvolvemos uma pesquisa de revisão sistemática de teses e dissertações.

Nesta direção, o objetivo de pesquisa é compreender a identidade educadora do contraturno escolar, a partir de uma revisão sistemática da produção científica brasileira. Para isso, realizamos um inventário de pesquisas e com a revisão buscamos identificar e analisar conceitos, objetivos e práticas educativas descritas nos trabalhos acadêmicos brasileiros para, em síntese, ampliar compreensões do contraturno escolar. Nosso estudo consiste em uma revisão da produção científica nacional com a finalidade de sistematizar informações em conhecimento, pois a revisão sistemática permite extrapolar dos achados de estudos independentes, e na avaliação e relação de cada um deles, elaborar possíveis explicações para compreensão de um objeto de estudo (Ramos; Faria; Faria, 2014).

Ao revisar a produção científica sobre o contraturno escolar, pode-se compreender o que tem sido produzido de conhecimento sobre contexto/tempo, bem como as lacunas e problemáticas para futuros estudos, de modo a servir de base para tomadas de decisões nas práticas educativas e políticas públicas. Para socialização da pesquisa, inicialmente, são apresentadas compreensões

iniciais acerca do contraturno escolar no cenário de políticas e documentos oficiais, bem como circunscrito às noções de tempo e educação integral. Na sequência, descrevemos o percurso metodológico da revisão sistemática; as análises e interpretações realizadas a partir da revisão e, por fim, a sistematização de compreensões relacionadas a identidade educadora do contraturno escolar.

Contraturno escolar: compreensões iniciais

Inicialmente, destacamos a necessidade de entender sobre qual perspectiva de educação estamos focalizando nossas interpretações nesta pesquisa. Visto que ao valorizarmos a ampliação do tempo educativo, compreendemos como significativo às oportunidades e experiências de aprendizagens às vidas dos estudantes e de suas comunidades, não o reduzindo a um passatempo, como asseveram Leclerc e Moll (2012, p. 44) “um contraturno no qual se organizam atividades optativas de esporte, lazer, cultura, para ‘abrigar os estudantes’ e ajudar a tornar o tempo escolar suportável”.

Sendo assim, a perspectiva de educação aqui adotada é a da educação integral, pela qual as crianças e adolescentes inseridos no contraturno escolar têm a possibilidade de participarem de processos educativos, que colaborem para o desenvolvimento de suas potencialidades humanas, abrangendo aspectos físicos, intelectuais, sentimentais, entre outras dimensões. Desse modo, que nenhuma das dimensões seja valorizada mais que as outras, mas que possa desenvolver-se como um ser humano em sua totalidade.

Conforme Cavaliere (2010, p. 34), a educação integral é “a ação educacional que envolve diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. Quando referida à educação escolar, a apresenta o sentido de religação entre a ação intencional da instituição escolar e a vida no sentido amplo”. Entendemos, portanto, que a educação integral, precisa respeitar o contexto/território em que os estudantes estão inseridos em suas comunidades, seus aspectos sociais, econômicos e culturais, e, inicialmente ser focada no desenvolvimento pleno e completo desses sujeitos de maneira igualitária e livre de preconceitos.

Atrelado ao conceito de “educação integral” está o conceito de “educação de tempo integral”, que quando relacionado à escola, Moll (2010) explica que:

Em sentido restrito, refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria ‘tempo escolar’ reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar.

Essa relação de tempo e educação integral apresenta diversos tensionamentos no debate da comunidade científica, particularmente acerca das discussões de políticas públicas (Cavaliere, 2007, 2010; Leclerc; Moll, 2012; Moll, 2010 dentre outros). Em síntese, compartilhamos do entendimento de Leclerc e Moll (2012, p. 44) quando afirmam que:

A educação integral não está condicionada somente ao tempo integral, e o tempo integral não equaciona o problema da oferta diária de educação integral. Há que se superar o turno para ofertar educação integral, indubitavelmente; todavia, é preciso formular políticas educacionais que aproximem escolas e comunidades, de modo que estudante e família participem, permanentemente, de modo ativo e negociado, da decisão sobre o tempo obrigatório diário de participação nas atividades escolares.

Dito de forma outra, a educação em tempo integral não garante a educação integral, mas está um passo mais perto dessa, já que aumenta o tempo de permanência das crianças e adolescentes na escola e, portanto, a possibilidade de integrar as potencialidades humanas é maior. No entanto, pensar a ampliação do tempo, como no contraturno escolar, também pode estar na articulação entre a escola e outra instituição educativa. Como explica Cavaliere (2007, p. 1029):

[...] mais recentemente, surge uma visão de educação em tempo integral que independe da estruturação de uma escola de horário integral e que identificaremos aqui como uma concepção multissetorial de educação integral. Segundo ela, esta educação pode e deve se fazer também fora da escola. O tempo integral não precisa estar centralizado em uma instituição. [...] A articulação de ações envolvendo diferentes órgãos tem sido defendida e aparece inclusive em projetos do governo federal como o já citado ‘Segundo Tempo’.

Eis que é preciso refletir sobre essa atual configuração para o contraturno, escola-outra instituição, em termos legais e pelos objetivos para uma educação integral. A possibilidade de os estudantes participarem no contraturno escolar de práticas educativas em outras organizações, que não em sua escola, pode ser mais uma oportunidade significativa às suas experiências de vida, “[...] desde que não represente uma nova modalidade de privatização daquilo que deve, por de terminação constitucional, ser público” (Cavaliere, 2007, p. 1032). Aprofundaremos essas reflexões nas análises da revisão sistemática.

Percurso investigativo

Esta pesquisa, em relação ao procedimento, se classifica como uma revisão sistemática da literatura, que tem pretende resumir as pesquisas disponíveis em torno uma temática específica: “Isto é feito através da síntese dos resultados de diversos estudos. Uma revisão sistemática utiliza procedimentos transparentes para encontrar, avaliar e sintetizar os resultados de pesquisas relevantes na área em estudo” (Ramos; Faria; Faria, 2014, p. 21).

Ademais, esse método de investigação decorre de “um processo rigoroso e explícito para identificar, selecionar, coletar dados, analisar e descrever as contribuições relevantes a pesquisa. É uma revisão feita com planejamento e reunião de estudos originais, sintetizando os resultados de múltiplas investigações primárias [...]” (Ferenhof; Fernandes, 2016, p. 551). Assim, ao revisar pesquisas de teses e dissertações brasileiras, buscamos realizar, como explicam Ramos, Faria e Faria (2014), a sistematização de uma síntese das evidências relacionadas a um foco específico de investigação. Nosso foco foi sistematizar *a identidade educadora do contraturno escolar*. Para a revisão sistemática, adotamos como método o protocolo previsto por Ramos, Faria e Faria (2014), apresentado no Quadro 2:

Quadro 1. Protocolo de revisão sistemática sobre contraturno escolar

PERGUNTAS
“Definir a problemática a estudar sintetizada numa questão” (Ramos; Faria; Faria, 2014, p. 21)
<i>O que caracteriza a identidade educadora do contraturno escolar a partir da produção científica brasileira? Para tal, definimos, dentre as questões a serem analisadas na revisão sistemática, O que é o contraturno escolar? Quem participa dele? Que atividades são desenvolvidas nesse tempo? Onde ele acontece? Quais são os seus objetivos?</i>
EQUAÇÕES DE PESQUISA
Definição das expressões ou palavras utilizando AND, OR, NOT para busca das pesquisas. (Ramos; Faria; Faria, 2014)

Empregamos como critério para busca da produção acadêmica nas diferentes bases de pesquisa na <i>internet</i> o descritor contraturno, escrito de diferentes formas: “contraturno escolar”, “contra turno escolar” ou “contra-turno escolar”
ÂMBITO DA PESQUISA
São as bases de seleção das fontes de pesquisas. (Ramos; Faria; Faria, 2014)
Realizamos um levantamento bibliográfico das pesquisas publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD IBICT). Esta plataforma online “integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico” (BDTD IBICT, 2021).
CRITÉRIOS DE INCLUSÃO
<i>Definem quais estudos são aceitáveis no contexto de revisão.</i> (Ramos; Faria; Faria, 2014)
Nesta pesquisa, determinou-se para seleção dos trabalhos da produção acadêmica os seguintes critérios de inclusão: a) autoria brasileira; b) publicação de 2016 a 2021 (esse recorte temporal se deu pelo fato de que as pesquisas sobre contraturno se ampliaram a partir do Programa Mais Educação, implementado no ano de 2010); c) ser dissertação de mestrado ou tese de doutorado; d) pertencer às áreas da Educação ou Ensino.
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
<i>“Excluem os estudos que não obedecem ao âmbito definido”</i> (Ramos; Faria; Faria, 2014, p. 21)
Foram excluídos do levantamento: a) os trabalhos não identificados de acordo com os critérios de inclusão; b) ser fora de contexto e apenas apresentar o sufixo “contra”, mas não relacionado ao turno escolar. c) a prática no contraturno como contexto da investigação e não como objeto de pesquisa.
CRITÉRIOS DE VALIDADE METODOLÓGICA
<i>“Asseguram a objetividade da pesquisa”</i> (Ramos; Faria; Faria, 2014, p. 21)
O processo de busca com as equações de pesquisa e no âmbito definido para o inventário das fontes foi repetido por mais um investigador (professora orientadora da pesquisa) de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.
RESULTADOS E TRATAMENTOS DOS DADOS
<i>“Devem ser registrados todos os passos”</i> (Ramos; Faria; Faria, 2014, p. 21)
Os dados foram submetidos a análise textual discursiva com categorias <i>a priori</i> .

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Com base no protocolo de revisão sistemática, foram inventariados 75 trabalhos de pesquisa, entre teses e dissertações, que tinham como tema o contraturno escolar. Após a leitura exploratória dos resumos, resultaram 34 trabalhos (uma tese e os demais dissertações). Dentre os trabalhos desconsiderados, citamos que as exclusões ocorreram porque o contraturno não era o objeto de estudo, e sim apenas: a) um contexto de aplicação de uma pesquisa com outro enfoque de investigação ou b) a organização de um tempo em contraturno temporário, só para a realização da pesquisa.

Com o inventário realizado, estabelecemos o *corpus de análise* (Moraes; Galiuzzi, 2011), apresentado no quadro 3:

Quadro 2. Corpus de análise: Pesquisas revisadas sobre contraturno escolar

Trab	Ano	Título
T1	2017	A implementação dos programas de contraturno escolar e as representações de lazer
T2	2019	Contraturno escolar: o ciclo gnosiológico nas interações da educação escolar em T.I.

T3	2018	O ensino de geociências no contraturno escolar decifrando a terra: possibilidades e desafios para inserção das geociências na escola
T4	2016	Experiência em uma sala de matemática no contraturno: repensando a educação (matemática).
T5	2018	Clima escolar e trabalho pedagógico: um estudo sobre a influência dos projetos do contraturno no Ensino Fundamental II
T6	2016	Análise de atividades de complementação curricular na área de educação ambiental e suas contribuições à alfabetização científica
T7	2017	Educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades esp. na escola de T.I.
T8	2018	As facetas de conhecimento na org. e gestão do currículo em escolas púb. de T.I.
T9	2018	Polos de educação integral e integrada: propostas, contribuições e desafios à implantação do Projeto Escola de Helena na Fundação Helena Antipoff em Ibirité/MG
T10	2018	Gestão da ampliação da jornada escolar no ensino fundamental: políticas e práticas
T11	2018	O processo de implementação do programa educação integral em tempo integral numa escola da rede estadual de MG: desafios da ampliação do tempo escolar
T12	2016	Clube de Arte na Escola: espaço de criação e formação
T13	2016	Inclusão escolar, sala de recursos multifuncionais e currículo: tecendo aproximações
T14	2016	Poesia de resistência na escola pública: compromisso ético e formação de identidade
T15	2016	Representações sociais da família sobre o desenvolvimento moral de crianças e adolescentes na perspectiva da educação
T16	2018	Projeto Oficina do Saber: sentidos do trabalho de professores na escola em tempo integral
T17	2018	O desenvolvimento de projetos em uma escola de educação (em tempo) integral da rede pública de Manaus – Amazonas
T18	2017	A Educação Integral em Tempo Integral na Perspectiva da Equipe Gestora: a realidade de uma escola municipal de Santarém/Pa.
T19	2017	Comparação das respostas cardiorrespiratórias ao exercício submáximo de alunos de Educação Física atletas e não atletas
T20	2018	Concepção sobre educação em tempo integral na perspectiva de professores dos anos iniciais do ensino fundamental
T21	2017	Educação em tempo integral na perspectiva dos estudantes da rede municipal de ensino de Curitiba
T22	2017	Políticas de educação musical e cultural nos municípios de Cariacica e Vitória/ES (2005-2014)
T23	2016	Práticas de educação ambiental nos centros de educação integral da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: desafios e possibilidades
T24	2019	Altas habilidades/superdotação em liderança: identificação e suplementação para o ensino fundamental I
T25	2019	O desenvolvimento curricular de uma instituição de educação não-formal: a perspectiva de uma educação de tempo integral.
T26	2020	Música brasileira no ensino coletivo de flauta transversal: um olhar para os saberes dos alunos

T27	2018	A educação popular como possibilidade de emancipação para a vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
T28	2019	Educação Integral: análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento da Meta 6 do PME de Santarém-PA
T29	2017	Múltiplas linguagens e jovens da periferia: o multiletramento no contexto da cibercultura
T30	2016	Política paulistana de educação especial e infantil para crianças pequenas público-alvo da educação especial
T31	2019	Pesquisar COM jovens: intensidades e modos de exp. as juventudes no Trabalho Educativo
T32	2020	A política educacional do esporte e o centro de iniciação desportiva no Distrito Federal: um estudo sobre gestão educacional
T33	2019	Contribuições da monitoria em clubes de ciências para o aprimoramento pessoal e cognitivo do aluno-monitor
T34	2019	Do assistencialismo à intervenção social: o voluntariado na construção de agências

Fonte: Elaborado pelas autoras com pesquisas da BDTD IBICT (2023).

Definido o *corpus*, partimos para geração de dados, considerando as etapas do ciclo de Análise Textual Discursiva, que conforme Moraes e Galiuzzi (2011, p. 89) consistem em unitarização, categorização e elaboração do metatexto a fim de encaminhar “descrições e interpretações capazes de apresentarem novos modos de compreender os fenômenos investigados”.

Inicialmente realizamos a leitura das pesquisas, empregando como instrumento uma ficha de leitura. Segundo Andrade (2009, p. 47), “as leituras realizadas numa pesquisa bibliográfica devem ser registradas, documentadas, através de anotações. [...] Fichar é transcrever anotações em fichas, para fins de estudo ou pesquisa”. Nessa direção, foi elaborada uma ficha de leitura com “itens de análise”, considerando a coleta de informações relevantes para responder ao objetivo da pesquisa: gênero acadêmico, título, autor, conceito/definição, público-alvo, local, organização do tempo, objetivo/finalidade/justificativa, práticas educativas desenvolvidas.

A partir da leitura flutuante de cada pesquisa, coletamos os dados, considerando os itens da ficha de leitura. Assim, realizamos a unitarização desses dados, que segundo Moraes e Galiuzzi (2011, p. 49), “é parte do esforço de construir significados a partir de um conjunto de textos, [...] representa um movimento e interpretação dos textos, uma leitura rigorosa e aprofundada”. Na sequência, desenvolvemos o processo de categorização, que segundo Moraes e Galiuzzi (2011, p.19), é “quando se conhecem de antemão os grandes temas da análise, as categorias ‘a priori’, basta separar as unidades de acordo com esses temas ou categorias”. Nessa direção, em nossa revisão sistemática, já assumimos de antemão os “grandes temas de análise ou as categorias *a priori*”, que sistematizamos com os itens da ficha de leitura para geração dos dados da produção acadêmica inventariada (Quadro 4).

Assim, as categorias foram depreendidas dos conceitos-chave da pesquisa contraturno escolar e educação integral. Pelo envolvimento com os materiais analisados e por pressupostos teóricos, podemos elaborar uma acepção sobre contraturno escolar, relacionando participantes, gestão de tempo e os objetivos das atividades. Com base nessas interpretações, identificamos configurações de contraturno, que ao final das análises nos permitiram uma síntese, pelo exercício de produção de um metatexto (Moraes; Galiuzzi, 2011).

Contraturno escolar: o que as pesquisas nos permitem compreender?

Da geração de dados nas teses e dissertações sobre contraturno escolar, agrupamos as unidades de significado nas categorias *a priori* (Quadro 4) e posteriormente nas interpretações apresentamos excertos das pesquisas revisadas para melhor compreensão da discussão.

Quadro 3. Categorização: o que é contraturno escolar

Categorias priori	Unidades significado	
Acepção	Tipificação	<i>Esta categoria reúne concepções sobre definições de contraturno escolar (o que é contraturno escolar?).</i>
	<p>Tempo contrário ao período de estudo na escola; ampliação da jornada escolar; horário estendido em relação à escola; diferente das atividades do tempo escolar; tempo de aprender coisas novas, fazer algo diferente, possibilidade de ensino diferente, usando outras estratégias que não o ensino curricular; local seguro para deixar os filhos enquanto se trabalha, fora da rua; forma de ampliar o tempo de permanência dos alunos no ambiente escolar; espaço de educação não escolar pela maior liberdade na realização das atividades desenvolvidas nesse espaço; espaço para discutir, planejar, questionar, elaborar e aplicar conhecimentos e atividades de ensino, assim como adquirir novos conhecimentos; espaço de ensino formal, não-formal, informal ou um espaço de transição entre essas definições; espaço onde a ludicidade e as atividades diferenciadas sirvam para elevar a capacidade de produção de conhecimento de uma maneira integrada com as atividades da jornada parcial que ocorre na escola; local onde há a possibilidade de desenvolvimento de processos da autonomia e do protagonismo; contexto de atividades extracurriculares; movimentos assertivos para a intervenção intencional da mudança do clima escolar e do avanço do processo pedagógico; ações voltadas ao ensino e a aprendizagem dos alunos potencializadas devido à abordagem diferenciada; atividades oferecidas no contra-turno que podem ser percebidas como portadoras de um conhecimento determinante para compreensão do mundo; espaço de possibilidade para produção de um conhecimento cultural, que envolve tanto a criação de obras quanto o rearranjo de hábitos e tradições; atividades realizadas fora do tempo considerado mínimo obrigatório e é regulamentado por uma legislação específica; local de disputa entre os projetos educacionais propostos pelas políticas públicas municipais e os projetos concebidos pelas escolas; local privilegiado de construção de práticas educacionais e objeto de destaque crescente de políticas públicas recentes para o ensino fundamental; locais que se caracterizam por trazer um conhecimento não veiculado na parte curricular; espaço específico dentro da escola, em que alunos, professores e gestores permanecem além de sua jornada considerada obrigatória; espaço que tem características próprias dentro da escola, pautado pelas políticas públicas específicas de ampliação da jornada; projetos de contraturno associa-se à definição de Roger I. Simon (1995, p. 61), de “práticas educacionais que possam ajudar os/as estudantes a contestar e avaliar as convenções sociais, os modos de pensamento e as relações de poder existentes”; espaços que contribuem para a qualidade social da escola; atividades além dos muros da escola; estudantes e práticas fora das amarras do currículo escolar; eventos realizados no contraturno escolar, ou seja, fora das atividades regulares da instituição; vinculados a programas dos governos federais, estaduais ou municipais, como o Programa Novo Mais Educação.</p>	

Participantes	Tipificação	<i>Agrupam-se nessa categoria dados sobre os diferentes participantes envolvidos no contraturno escolar (quem participa do contraturno?).</i>
	Estudantes de escolas públicas da educação básica, matriculados no tempo integral; estudantes de escolas públicas que participam de forma voluntária. Estes: organizados em agrupamentos com diferentes idades, segundo seus interesses ou da família; organizados em agrupamentos de acordo com a idade/ano escolar, considerando o cronograma das atividades do turno regular e contraturno.	
Gestão do tempo	Tipificação	<i>Aquisição reunidas compreensões de como ocorre a organização do tempo nos diferentes espaços e contextos de contraturno escolar (quando acontece o contraturno escolar?).</i>
	<ul style="list-style-type: none"> - Organizado por oficinas que se referenciam aos macrocampos da política educacional de ampliação de jornada escolar. - A criança ou jovem tem aulas das disciplinas do currículo formal em um turno e atividades diversificadas em outro, sendo estas últimas associadas aos projetos de ampliação da jornada escolar. - Ocorre em horário contrário ao turno de aula dos alunos. - Encontros são semanais, com duração de duas horas. - Os encontros ocorrem a cada 15 dias. - Reuniões semanais. - Ocorrem uma vez por semana, com duração de 2h no espaço da escola. - Horário sem que se tenha a preocupação com o término das aulas a cada 60 minutos. - Atividades de educação especial (AEE) duas vezes por semana, durante 2 horas. - No período da manhã para as séries iniciais e no período da tarde para as séries finais. - O programa Novo Modelo de Escola de Tempo Integral prevê nove horas e meia de jornada diária nas escolas, com três refeições diárias. - Durante metade de um dia letivo, os estudantes estudam as disciplinas do currículo básico, como português e matemática e, o outro período é utilizado para aulas ligadas a atividades artísticas ou esportivas. - Durante metade de um dia letivo, os estudantes estudam as disciplinas do currículo básico, como português e matemática, e o outro período é utilizado para aulas ligadas às artes ou esportes. - Duração que varia a cada encontro. - Iniciava às 9:30 e se encerrava às 13:00 ou das 11:30 e se encerrava às 15:30, com 60 minutos, para almoço, higiene, travessia entre os prédios e atividades recreativas. - Quatro horas diárias de trabalho pedagógico em sala de aula; refeição seguida de descanso de uma hora e trinta minutos; e em seguida o Programa Mais Educação, que tem a duração de três horas e as atividades extracurriculares com duração de duas horas. 	
Local	Tipificação	<i>Agrupam-se nessa categoria informações sobre os locais em que ocorrem o contraturno escolar (onde acontece o contraturno escolar?).</i>
	Instituições parceiras; espaço único da escola ou diferentes espaços educativos; espaço físico da escola; utiliza outras instalações do colégio; instituição sem fins lucrativos; parcerias da instituição com escolas técnicas de Ensino Médio; parceria público-privada; organizações não governamentais (ONGs).	

Atividade	Tipificação	<i>Nesta categoria reúnem-se informações acerca das atividades desenvolvidas no contraturno escolar (o que se faz no contraturno escolar?).</i>
	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades esportivas: xadrez, atividades cooperativas e de movimento corporal, jogos (projeto Leões do Vôlei, futebol), lutas (karatê, judô, capoeira), atletismo, ginástica, ginástica circense. Projeto Centro de Iniciação Desportiva do Distrito Federal (CID). - Atividades artísticas: projetos ligados a cultura (clube de Arte, projeto Arte e Intervenção Social, Projeto Semearte, Projeto Guri), oficinas de teatro, improvisos, aula de música, canto coral, banda fanfarra, percussão, artes visuais, danças (congo), cineclube, fotografia, Artes Plásticas, flauta, entre outras. - Atividades pedagógicas de acompanhamento ou reforço: literatura, leitura, preparatório para o vestibular, empreendedorismo, oratória e retórica, redação oficial e empresarial, cooperativismo, associativismo, projeto Oficina do Saber, complemento pedagógico, Jogos de Raciocínio, Leitura Viva, inglês, atividades de Letramento, Projeto Ler e Pensar, jogos matemáticos, resolução de problemas, uso de materiais manipulativos, Língua Portuguesa, jornal, recuperação paralela, Oficina de textos com reestruturação, pesquisa, produção de livros, entre outras. - Atividades ambientais: projetos de meio ambiente, geociências, Agenda 21 Escolar, educação para sustentabilidade, horta escolar orgânica, criação de jardins na escola, terrários e aquários, entre outras. - Atividades científicas: laboratório de ensino de Matemática, projetos de iniciação científica, clube de ciências; feiras, exposições científicas, Clubes de Ciências. - Atividades tecnológicas e de comunicação: tecnologias da informação, da comunicação, uso de mídias (informática, rádio escolar, jornal escolar, vídeo, DVDs), oficina de Lego, laboratório de informática, Programa Oi Kabum! (que oferece formação em artes gráficas digitais através do multiletramento e uso das tecnologias), entre outras. - Atividades de recreação e lazer: contação de histórias, brinquedos e brincadeiras. - Atendimento Educacional Especializado (AEE). - Atividades de preparo para a vida adulta: elaboração de projeto de vida, preparação para o mundo do trabalho, oficinas de culinária, marcenaria, trânsito, práticas educativas financeiras, Trabalho Educativo (TEd) (fortalecer a convivência social, a participação cidadã e a formação para o mundo do trabalho), entre outras. - Guarda Mirim: desenvolvimento da moral. - Projeto Cidade Escola: oferece diversas atividades de Letramento, Música, Teatro, Artes Plásticas, Informática e Esporte. - Projeto Bullying não é brincadeira. - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. - Projeto de Enriquecimento Curricular aos estudantes com AH/SD em Liderança. - Proteção social. - Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (Saai). 	

Objetivos	Tipificação	<i>Nesta categoria foram reunidas informações acerca dos objetivos do contraturno escolar (para que contraturno escolar?)</i>
	<p>Aprofundamento da aprendizagem: Atividades Complementares Curriculares; experimentação e iniciação científica; reforço escolar; capacitação para o trabalho; colaboração para o fim do analfabetismo; estímulo para diminuição da evasão escolar; ampliação de tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem que visam ampliar a formação do aluno; chamariz para despertar o gosto pelo conhecimento; promoção do avanço escolar; uma maneira de diminuir as desigualdades socioeducacionais; assistencialista; promoção de educação crítica; complementação curricular; favorecimento do desenvolvimento físico, intelectual, afetivo, cultural, recreativo e social das crianças e jovens; favorece um sistema de valores e construção do conhecimento, tendo como premissas fundamentais: o respeito, a solidariedade e a cooperação em todos os espaços da escola; participação dos alunos em assembleias e em dinâmicas para desenvolver gestão democrática da escola; formação integral do sujeito que agrega em si uma ideia filosófica de um homem integral e realça a necessidade do desenvolvimento total das suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais; inclusão social e melhoria do rendimento escolar; acesso a toda a gama de conhecimentos a que se possa pleitear enquanto cidadão; valorização da autonomia, da possibilidade de fazer escolhas e governar-se a si próprio; ajudar os/as estudantes a contestar e avaliar as convenções sociais, os modos de pensamento e as relações de poder existentes; propiciar complemento pedagógico; favorecer aprendizagens mais significativas; promover a equidade social; enriquecimento do universo sociocultural; promoção dos direitos humanos: História e memória; identidade de gênero e orientação sexual; diversidade étnico-racial; enfrentamento à violência; promoção da saúde: prevenção de doenças e agravos; prevenção do uso indevido de drogas; contribui para o acesso ao mundo do trabalho e geração de rendas; enriquecimento curricular e o desenvolvimento do protagonismo juvenil; ligação entre diversos tipos de conhecimento, além de proporcionar aos alunos aprendizagens significativas.</p>	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Com as unidades de significado reunidas na primeira categoria – **Acepção** – buscamos interpretar *o que é contraturno*. Para isso, percorremos os trabalhos e selecionamos conceitos/ definições que os/as pesquisadores/as empregaram nos seus estudos. Identificamos apenas uma citação na pesquisa (T10) que define contraturno como “práticas educacionais que possam ajudar os/as estudantes a contestar e avaliar as convenções sociais, os modos de pensamento e as relações de poder existentes” (Simon, 1995 *apud* Paolis, 2018, p. 111). Observamos que as demais pesquisas explicam as práticas realizadas e objetivos do contraturno, mas não o definem. Assim, retiramos excertos que nos permitiram interpretar que não há um consenso nas pesquisas para acepção de contraturno, podendo ser descrito em três dimensões:

- temporal: horário, tempo, ampliação de jornada:

Excerto T2: “O que chamamos de contraturno se refere ao horário estendido, propriamente dito, realizado no turno em que o aluno, na jornada regular, não teria atividades escolares” (Souza, 2019, p.17).

- espacial: local, contexto, espaço. Segundo Gomes (2018, p. 76):

Excerto T3: “O contraturno é assim, um espaço de discussão, planejamento, questionamento, criação, aplicação dos conhecimentos já adquiridos e aquisição de novos conhecimentos para os monitores”.

- prática: ação, projeto, atividade

Excerto T5: “Assim, consideramos que os projetos desenvolvidos no contraturno podem prover a ligação entre diversos tipos de conhecimento, além de proporcionar aos alunos aprendizagens significativas e contextualizadas” (Baptista, 2018, p. 117).

Com Leclerc e Moll (2012, p. 20 grifos das autoras), podemos interpretar que essas três dimensões se complementam e são constitutivas para compreendermos a acepção de contraturno escolar “[...] consideramos as variáveis *tempo*, com referência à ampliação da jornada escolar, e *espaço*, com referência aos territórios em que cada escola está situada e seus possíveis *itinerários educativos* [práticas], como constitutivos do campo emergente para as políticas de educação integral em jornada ampliada”.

Em relação à segunda categoria – **Participantes** – observamos pelas pesquisas que o público-alvo do contraturno são estudantes da Educação Básica, em sua maioria, como se pode notar em uma das pesquisas revisadas:

Excerto T1: “crianças e jovens inseridos, prioritariamente, em regiões de elevado Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e escolas com baixo Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (Silva, 2017, p. 26).

Sobre isso, Carvalho e Carvalho Júnior (2016, p. 11) nos incentivam a refletir que “[...] as escolas de tempo integral públicas, trazem consigo as primícias de uma educação popular que, tanto na função educativa como na função assistencialista de proteção e de guarda, são frutos de políticas públicas sociais advindas do Estado”. Nesse sentido, essas políticas têm em si, uma concepção de reparar o acesso e as oportunidades, quanto ao campo das desigualdades sociais, enviesado de um discurso neoliberal.

Da categoria - **Gestão do tempo** – inferimos que o tempo no contraturno escolar tem como característica principal a flexibilidade, de acontecer em ritmo e organizações próprias de cada prática educativa. Nessa direção, Schmitz e Tomio (2019) refletem que a mobilização do saber e das singularidades das atividades é que deveriam regular o tempo de aprender no contraturno. Como pode-se notar no excerto de uma das pesquisas revisadas:

Excerto T4 – “Foi proposto [...] que as aulas passassem a ocorrer em horário contraturno, em um **horário mais flexível**. Isso porque tínhamos a intenção de avaliar até que ponto um horário **sem que se tenha a preocupação com o término das aulas a cada 60 minutos** e a exploração de outros espaços além da sala de aula favoreceriam o ensino e aprendizagem, no nosso caso da Matemática” (Silva, 2016, p. 65).

Um aprofundamento sobre essa categoria, com a sistematização de configurações tempo/espaço, será abordado na próxima sessão de análise.

Da categoria – **Atividade fim** – observa-se no quadro 4, a diversidade de práticas educativas que no contraturno pode-se ofertar: esportivas, recreativas, artística, científicas, culturais, tecnológicas, entre outras. Também aparecem com bastante frequência esse tempo para realizar tarefas ou reforço escolar. Esse contraturno assume diferentes atividades, porque está atrelado aos objetivos de políticas públicas, as condições materiais e de espaço da escola e instituições, a formação dos educadores que lá atuam e deveriam estar de acordo com os anseios e necessidades da comunidade atendida. Cavaliere (2014) problematiza que a seleção dessas atividades pode ampliar as funções da escola e por isso precisam estar objetivadas para em um conjunto contribuir

para a educação integral dos participantes, aderido ao projeto político pedagógico da escola, se não, é apenas uma justaposição de atividades. Na sequência apresentamos alguns excertos de pesquisas sobre atividades realizadas em contraturno:

Excerto T3 – “São desenvolvidas atividades educacionais, culturais, recreativas e esportivas como teatro, xadrez, projetos de meio ambiente, relacionadas ao projeto pedagógico da unidade, possibilitando uma ampliação de tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem que visam ampliar a formação do aluno” (Gomes, 2018, p. 44).

Excerto T5 – “Além do Ensino Regular,[a escola] oferece aos alunos projetos no contraturno, ligados à cultura, ao esporte e ao desenvolvimento das aprendizagens e com o objetivo de ampliar o tempo de permanência na escola visando à melhoria do processo de ensino aprendizagem, propiciando, assim, o enriquecimento curricular e o desenvolvimento do protagonismo juvenil” (Baptista, 2018, p.64).

Com esses excertos, observamos também a categoria – **Objetivo**, pois uma mesma atividade pode assumir diferentes intencionalidades educativas, considerando o para quê(m) acontece. Interpretamos que as atividades no contraturno podem assumir objetivos assistencialistas, educativos e na interface entre eles. Destacamos excertos nessa direção:

Excerto T1 – “Com o discurso de democratização, acesso, oportunidade de aprendizagem, formação integral, qualidade da educação e enfrentamento da vulnerabilidade social os programas de contraturno chegam às escolas belorizontinas e podem assumir uma narrativa instrumental e utilitária” (Silva, 2017, p. 29).

Excerto T27 – “Sendo assim, a instituição [Fundação Fé e Alegria SC] desenvolve [no Centro Social de Fé e Alegria SC] um trabalho de acompanhamento socioassistencial orientado às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e formação para o mundo do trabalho voltado às famílias e comunidade” (Martins, 2018, p. 84).

Com isso, compartilhamos com Cavaliere (2007, p. 1016), que a ampliação da jornada escolar, como no contraturno, pode ser entendida e justificada de diferentes formas:

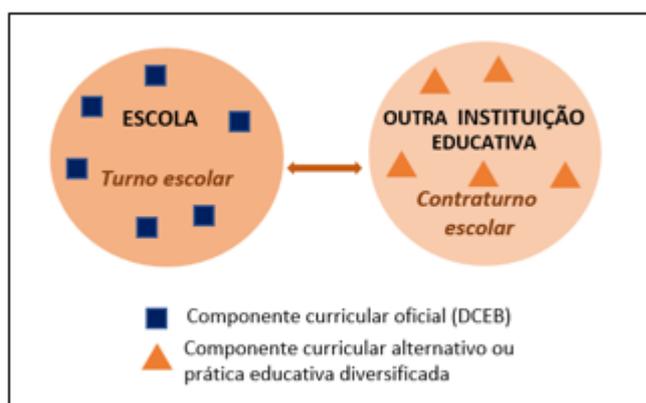
(a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

Com base nas análises realizadas até aqui, em uma síntese, no exercício de um metatexto (Moraes; Galiuzzi, 2011), e como foco dessa revisão sistemática das pesquisas brasileiras, podemos enunciar um conceito para o contraturno escolar:

Contraturno escolar é um período de tempo (um turno) delimitado, que acontece na escola ou em outras instituições, em que estudantes participam de práticas educativas com objetivos de acordo com sua atividade fim, produzindo fluxos, experiências coletivas e singulares, modos de pensar de seus coletivos, influenciando nas relações sociais e nas relações com os diferentes conhecimentos, nos processos de aprender, desenvolver-se e especialmente na intencionalidade de, com os outros e em seus territórios, educar(se) integralmente.

Como continuidade dessa síntese acerca das relações do contraturno escolar e sua identidade educadora, elaboramos como metatexto (Moraes; Galiuzzi, 2011) reflexões sobre a interação desse tempo escolar, relacionando às diferentes configurações relativas à sua institucionalidade, assim caracterizando quatro modelos: contraturno interinstitucional; contraturno intrainstitucional; contraturno intrainstitucional articulado e “diferentes turnos” intrainstitucional integrados, que abordamos na sequência.

Figura 1. Configuração de contraturno interinstitucional



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Nessa configuração, os estudantes participam do turno regular na escola e ali desenvolvem as práticas educativas previstas no currículo oficial. No contraturno, crianças e adolescentes são conduzidos a outra instituição (que pode ser privada ou pública), onde participam de práticas educativas com objetivos específicos daquele contexto.

Nas pesquisas revisadas, observamos em menor número essa configuração para o contraturno, pois, a maioria delas discute iniciativas de tempo integral na escola. No entanto, essa configuração merece destaque, pois socialmente tem ampliado a sua oferta pela rede privada. Com o Novo Ensino Médio, os estudantes, em algumas escolas ou redes de ensino, podem “optar” por itinerários formativos, que poderão acontecer para além de suas escolas, em outras instituições parceiras. Destacamos o excerto de uma pesquisa que aborda o contraturno com essa configuração:

Excerto T34 – “O curso Quixotes Solidários (projeto social – voluntariado educativo) é um dos 33 cursos oferecidos como curso extra, portanto, opcional, no qual todos os alunos do 4º ano do Ensino Médio podem inscrever-se e pagam mensalidade.” (Lage, 2019, p. 44).

Com Cavaliere (2007, p. 1031), interpretamos que “se essa prática pode, em algumas circunstâncias, ser interessante e desejável, ela aumenta as responsabilidades de planejamento, controle e avaliação, caso contrário pode-se transformar perigosamente o sistema de ensino em ‘terra de ninguém’”. Embora, seja fato que há instituições que possuem mais condições materiais para práticas educativas no contraturno escolar, porém, sem uma rede articulada dos sistemas de educação, torna-se uma oferta que pouco favorecem uma educação integral e democrática, já que nem todas as famílias têm condições desse acesso. Na relação com o público, essa configuração para o contraturno apareceu nas pesquisas, especialmente relacionada aos projetos assistenciais, como destacamos nos excertos:

Excerto T26 – “o Projeto Guri, mantido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de São Paulo, cujo objetivo é oferecer música para jovens e adolescentes no contraturno escolar, oferecendo diversos cursos de instrumentos musicais, contribuindo tanto para a formação musical quanto social

do aluno.” [Este projeto acontece fora dos muros da escola, em instituições parceiras (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), prefeituras, pessoas físicas e empresas. É mantido pela Associação Amigos do Projeto Guri (AAPG) e a pela Santa Marcelina) do Estado de São Paulo] (Izaias, 2020, p. 41).

Excerto T15: “uma instituição de contraturno social, a Guarda Mirim, que atende crianças em vulnerabilidade social [...]”, [onde é realizado um trabalho de educação moral com os jovens atendidos instituição assistencial Escola de Guardas Mirins “Tenente Antônio João”] (Oliveira, 2016, p. 8).

De acordo com Assis e Zanella (2012, p. 80), “em programas de contraturno escolar, vinculados às políticas públicas de educação e/ou assistência social, prevalece a intencionalidade de prevenir situações de vulnerabilidade”, como o afastamento de crianças e adolescentes dos perigos da rua com tráficos de drogas e violência. Se de um lado, a oferta é pulverizada, como concepções assistencialistas de “atendimento”, de outro lado, a oferta é fragmentada de práticas educativas (Cavaliere, 2007). Nessa direção, Coelho (2009 *apud* Arco-Verde, 2012, p. 91) afirma que:

[...] vemos, hoje em dia, projetos de educação integral em jornada ampliada, cuja dimensão maior está centrada na extensão do tempo fora da escola, em atividades organizadas por parceiros que vão desde voluntários a instituições privadas, clubes, ONGs. Muitas vezes, as atividades desenvolvidas são desconhecidas dos professores, ocasionando práticas que não se relacionam com as práticas educativas que ocorrem no cotidiano escolar, uma vez que não constam do planejamento docente. Em nossa perspectiva, essa situação fragmenta o trabalho pedagógico, dilui a função da escola, imputando-lhe o papel único de transmissora de conteúdos escolares, expolia a instituição formal de ensino daquele que deveria ser seu objetivo primeiro: o de oferecer uma formação completa [integral] à todas as crianças.

Para além dessas reflexões, interpretamos também **essa configuração de contraturno se aproxima da modalidade de educação não formal**, que segundo Gohn (2016, p. 60), são “processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquiridas a partir da experiência em ações coletivas”. Essas experiências ocorrem extramuro das escolas e são realizadas com uma intencionalidade pedagógica, mas não seguem um currículo oficial pré-definido, nem avaliações classificatórias, são ações educativas organizadas com o tempo mais flexível. Aqui, destacamos como exemplos a participação dos estudantes em contraturnos de instituições com oferta de “Escola de dança”, “Escola de idiomas”, “Clube de futebol”, dentre outros.

Figura 2. Configuração de “contraturno” intrainstitucional adicionado



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Nessa configuração, as crianças participam do turno regular na escola e ali desenvolvem as práticas educativas previstas no currículo oficial. A escola também oferece, em adição às suas ações do turno regular, um conjunto de práticas educativas no contraturno escolar que os estudantes podem participar de maneira voluntária. Muitas dessas ações não estão atreladas ao currículo oficial e têm objetivos educacionais próprios. Nessa direção, nas pesquisas revisadas essas **práticas educativas do contraturno são identificadas, muitas vezes, como “atividades extracurriculares”**. Identificamos um número expressivo de pesquisas que tem como foco de investigação projetos de contraturno escolar (T3, T12, T14, T19, T22, T29, T33, T34). Em comum, as pesquisas abordam as contribuições dessas ações no contraturno escolar, especialmente pela oportunidade de singularizar as experiências, pois os estudantes que optam por participar delas, assim, valorizam interesses e possibilidades de maior aprofundamento de conhecimentos. Elegemos alguns excertos de pesquisas com essa configuração para o contraturno:

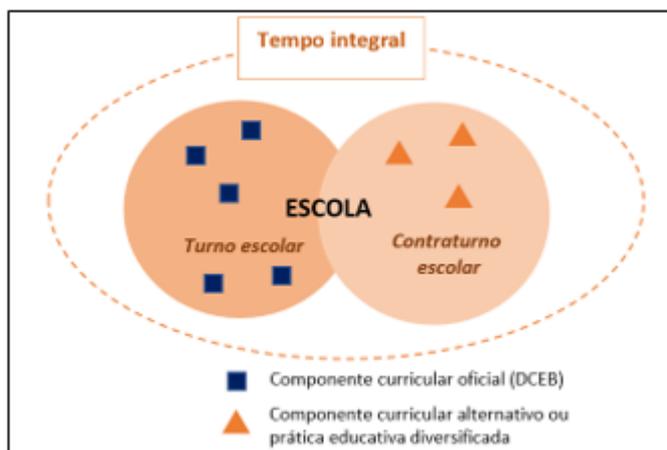
Excerto T19 – Os alunos que participam do treinamento oferecido pela escola (duas vezes na semana) são considerados atletas pelo fato de sua participação em competições escolares e, em momentos apropriados, buscar o seu melhor desempenho (Gomes, 2016, p. 18).

Excerto T29 – Importante ressaltar que a pesquisa não se deu em sala de aula convencional, mas no contraturno escolar, numa tentativa de compreensão desses estudantes e de suas práticas ‘fora das amarras do currículo escolar’, embora estivéssemos na escola, os alunos estavam inseridos em atividades que não atendiam necessariamente o currículo proposto pela instituição. Essa experiência nos deu mais liberdade de atuação junto aos estudantes (Santos, 2017, p. 52).

Para além das contribuições, há de se ter ressalvas quando o acesso a esse contraturno escolar não pode ser para todos/as, por critérios de seleção dos “melhores” para participar ou pelas condições econômicas de alguns, como custos de locomoção, alimentação, uniforme, dentre outros. Outra crítica, ao contraturno, refere-se à ampliação da jornada não como uma atividade escolar, “[...] mas como atividade claramente apartada de um caráter curricular” (Maurício, 2014, p. 881), pois, segundo a autora, o fundamento para a ampliação da jornada é menos pedagógico que o de caráter organizacional da sociedade e da escola.

Nessa perspectiva, compreendemos que o contraturno com atividades extracurriculares precisa ter objetivos próprios das especificidades da sua atividade fim. Porém, necessitam estar integradas aos objetivos da escola, inclusive articuladas ao seu projeto político pedagógico, na direção de fortalecê-las não como “extras”, mas como “atividades complementares ao currículo”, a fim de que se construa “[...] uma instituição com identidade própria, com objetivos compartilhados e que pode se fortalecer com o tempo integral e com uma proposta de educação integral” (Cavaliere, 2007, p. 1031).

Figura 3. Configuração de “contraturno” intrainstitucional articulado



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Essa configuração de contraturno escolar, refere-se aos estudantes terem no seu turno escolar, componentes do currículo oficial e no contraturno, permanecem na escola com os componentes curriculares alternativos ou práticas educativas diferenciadas.

Nessa configuração, **o contraturno se situa como um turno, em oposição ao turno “regular” nas chamadas escolas de Tempo Integral.** Nessa organização, “passou a ser considerada como de tempo integral, a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares” (Leclerc; Moll, 2012, p. 20), ou seja, quando os estudantes permanecem o dia inteiro na escola.

Essa configuração de contraturno escolar é advinda das tentativas do Estado de reparar o acesso aos estudos e oportunidades e assim, diminuir as desigualdades. Podemos citar como um indutor dessa configuração de contraturno escolar o Programa Mais Educação (Brasil, 2010), que conforme destaca Leclerc e Moll (2012, p. 18), “[...] passou a induzir e a fortalecer experiências, bem como a auxiliar a construção de uma agenda pública de educação integral em escala nacional”. Constatamos que 15 pesquisas desta revisão sistemática, citam como justificativa para a realização desse tempo escolar a adesão a esses programas nas escolas, como pode-se observar nos excertos:

Excerto T14 – “a perspectiva do contraturno conduz para a perspectiva do ensino em tempo integral, tanto que a adesão de algumas escolas ao ensino integral foi resultado de um longo processo de projetos, isto é, de experiências educacionais que surgiram depois da implementação do Programa Mais Educação São Paulo.” (Almeida, 2016, p. 75).

Excerto T20 – “[...] o Programa Mais Educação figura como estratégia indutora à implementação da Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens em jornada escolar ampliada e por meio do apoio a atividades socioeducativas a serem realizadas em contraturno escolar, sendo este o programa que mais vem sustentando as experiências de Educação em Tempo Integral no Brasil” (Franco, 2018, p. 42).

Embora as pesquisas apontem contribuições para esse tempo integral na escola, existe uma certa contradição nessa configuração, pois:

[...] as propostas que dobram o turno, deixando um para as atividades escolares e outro para o desenvolvimento de atividades culturais, desportivas e artísticas, são modelos

de uma escola simbolicamente dividida em duas, uma para o desenvolvimento das atividades tradicionais da escola, e outra, de uma escola com atividades complementares, que buscam ampliar as possibilidades formativas do educando. Note-se a fragilidade dessas propostas na continuidade e descontinuidade dos governos e da gestão escolar, que facilmente retornam aos modelos anteriores, retirando as atividades complementares **por estas não se configurarem realmente como essenciais na formação [integral]dos discentes** (Arco-Verde, 2012, p. 91 grifo nosso).

Dessa maneira, essa configuração de contraturno escolar, embora articule dois turnos de tempo na escola, recebe críticas como tentativa de educação integral, quando na prática seu currículo continua sendo dividido, entre turno e contraturno. Destacamos o excerto de uma das pesquisas revisadas, em que os/as pesquisadores/as alertam para essa fragmentação do “tempo integral”:

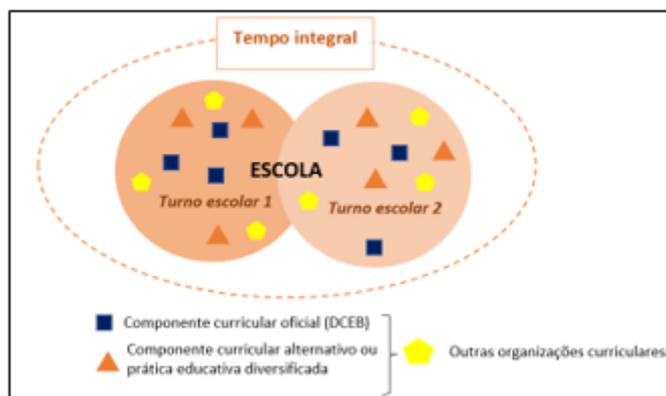
Excerto T11: ‘Moll (2012) ainda fala da necessidade da superação entre turno e contraturno, de modo a conseguir realizar a interação do que parece ser dois currículos, buscando estabelecer sempre uma complementação entre ambos, uma vez que se trata de uma mesma instituição, apontando que esse dualismo não pode acontecer, uma vez que a escola é única e o aluno é o mesmo’ (Silvano, 2018, p. 72). E ainda comenta ‘se a escola fosse toda de Tempo Integral, os professores todos seriam de Tempo Integral e não haveria essa divisão entre o que é turno regular e contraturno, e os projetos propostos seriam executados por todos, favorecendo, assim, a construção de uma escola para formar verdadeiramente’ (Silvano, 2018, p. 104).

Em síntese, reunimos um conjunto de unidades de significado extraídas das pesquisas revisadas, em que pesquisadores/as apontam os limites dessa configuração de turno e contraturno em escolas de tempo integral:

A falta de integração entre os currículos da jornada de estudos na escola e os projetos de contraturno; pouca clareza da avaliação no contraturno escolar; desconexão do contraturno com o que se aprende em sala de aula, ou serve apenas como repetição daquilo que já foi aprendido; não há processo sistematizado de integração entre o PPP e as atividades curriculares flexíveis, pois as equipes de trabalho são distintas e planejam, desenvolvem e avaliam seu trabalho de modo relativamente independente; há dificuldades para integrar os professores do turno regular e do contraturno; as atividades, a dinâmica e a estrutura das atividades oferecidas no contraturno são totalmente diferentes das atividades, da dinâmica e da estrutura oferecida no turno regular da escola; há uma oposição entre a aula obrigatória, repetitiva, lotada de estudantes e cobranças de avaliações internas e externas; e o contraturno: um espaço com possibilidade para formar um grupo e conteúdo próprios, com um tempo específico e uma participação negociada a partir dos interesses individuais ou, pelo contrário, no contraturno ampliar o tempo e repetir os mesmos métodos, “isso é fazer mais do mesmo”.

Diante dessas problemáticas, podemos refletir como é emergente pesquisar e debater as práticas e modos de organização do tempo do contraturno escolar. Igualmente, compreender suas facetas múltiplas com o currículo, a territorialidade das comunidades escolares e suas necessidades/prioridades/oportunidades, a formação dos educadores, a gestão participativa, dentre outras questões implicadas em uma intencionalidade de educação integral em tempo integral.

Figura 4. Configuração de “diferentes turnos” intrainstitucional integrado



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Nessa configuração de contraturno escolar, o estudante permanece na escola em tempo integral, existe a divisão em dois turnos de tempos educativos, mas não a divisão e hierarquização do que é oficial, obrigatório, do que é alternativo. O tempo nos turnos é organizado com novas configurações curriculares que rompem a tradicional justaposição de conteúdos e formas excludentes de ensinar e avaliar. Pensar essa configuração, **exclui a ideia de “contra” turno, pois compreendemos que no tempo integral o tempo diário da escola organiza turnos complementares** com “[...] demanda pela qualidade dos processos pedagógicos e pela democratização dos conteúdos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, dos usos de tecnologias e mídias e da participação na produção e disseminação do conhecimento” (Leclerc; Moll, 2012, p. 23).

Dentre as pesquisas revisadas, nenhuma delas investigou o contraturno ou o “tempo integral” com essa perspectiva. No entanto, os/as pesquisadores/as se posicionam a respeito dos limites que ainda temos em nossas escolas de tempo integral, como no destaque da pesquisa revisada:

Excerto T20 – Enquanto Educação em Tempo Integral, ainda precisa ser entendido os termos ‘turno’ e ‘contraturno’ visando a constituição de um turno único e que seja de oferta para todos os alunos e não apenas para uma parcela das demandas atendidas nas escolas públicas brasileiras (Franco, 2018, p. 40).

Por fim, com a análise dessas configurações para o contraturno escolar, inferimos que existem muitos contraturnos escolares, porque são variadas as organizações dos tempos nas escolas e com outras instituições. Além disso, interpretamos que a organização do tempo educativo em contraturno também expressa materialidades que são determinadas por condições físicas, como espaço na escola, sociais como mobilidade dos estudantes, culturais como os tempo na escola, políticas públicas, pelos recursos financeiros, alimentação, contratação de educadores, curriculares e, especialmente, pelas concepções *ex(im)plicitas de educação* que irão compor uma determinada configuração para o contraturno.

Considerações finais

Com a revisão sistemática de teses e dissertações brasileiras, concluímos que o contraturno é um tempo que está relacionado às discussões e práticas sobre a ampliação da jornada escolar, assumindo diferentes configurações na organização de tempo e intencionalidades educativas na escola e em outras instituições. Assim, o contraturno escolar pode constar ora de identidade de educação não formal, ora de atividade extracurricular, ora na escola se situa como um turno, ora o turno regular, nas chamadas escolas de Tempo Integral. Além disso, inferimos que uma proposta de educação em tempo integral precisaria excluir a ideia de “contra” turno, pois compreendemos o

tempo diário da escola é organizado em turnos “complementares”.

Embora as pesquisas citem o contraturno ou investiguem este tempo escolar, constatamos que o termo é naturalizado, sem aprofundamento da conceituação para identidade educadora. Nesse sentido, buscamos contribuir com essa reflexão, apresentando elementos que possam favorecer o debate, bem como despertar a atenção para a pertinência do entendimento nesse contexto educativo, em expansão, especialmente na rede privada. Assim, demandará certamente de futura regulamentação para o seu funcionamento, bem como como um olhar preocupado com a profissionalização dos educadores que ali atuam. Essa reflexão cabe também às políticas públicas de ampliação da jornada escolar. Do mesmo modo, a pesquisa permitiu observar a fragilidade da compreensão do contraturno como o oposto do turno escolar, devido a concepções de hierarquização do que ensinar (currículo oficial e alternativo) na escola, e que provoca a descontinuidade e falta de políticas públicas mais articuladas para educação integral.

Por fim, compreendemos que o contraturno escolar acontece com diferentes condições materiais, físicas, pedagógicas, políticas e por isso, abre possibilidades de novos estudos para problematização do tema, considerando a escuta de quem participa desse tempo escolar, especialmente os estudantes. Igualmente, dentre outros tantos enfoques de pesquisa, investigar o contraturno escolar adentrando o campo concreto das práticas e das concepções educativas, sobretudo na iniciativa privada, nos indica que o contraturno escolar é um tempo que merece “tempo” de pesquisa.

Referências

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARCO-VERDE, Y. F. de S. Tempo escolar e organização do trabalho pedagógico. **Em aberto**, Brasília, v.25, n. 88, p. 83-97, jul./dez. 2012.

ASSIS, N. de; ZANELLA, A. V. Jovens e Programas de Contraturno Escolar: (des)encontros possíveis. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 1, n. 7, p. 76-82, jun. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 2010.

CARVALHO, C.; CARVALHO JÚNIOR, R. N. de. O debate sobre educação integral na produção acadêmica recente: democratização do ensino ou assistencialismo em educação? **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 07-19, ago. 2016.

CAVALIERE, A. M. Educação integral. In: OLIVEIRA, D. A. *et al.* **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD ROM.

CAVALIERE, A. M. Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: filantropia ou política de estado? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1205-1222, out. 2014.

CAVALIERE, A. M. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.

EGIDO, S. V. **Educação matemática e desenvolvimento do pensamento computacional no 3º ano do ensino fundamental**: crianças programando jogos com scratch. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática, Setor de Ciências Exatas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC: v. 21, n.

3, p. 550-563, ago./nov., 2016.

GOHN, M. G. Educação não formal nas instituições Sociais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.

HAYASHI, M. I.; KERBAUY, M. T. M. A educação integral na produção acadêmica de teses e dissertações em educação (2010-2015). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 2, p. 836-854, 2016.

LECLERC, G. de F. E.; MOLL, J. Educação integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade? **Em Aberto**, Brasília, v. 25, n. 88, p. 17-49, jul./dez. 2012.

MAURÍCIO, L. V. Ampliação da jornada escolar: configurações próprias para diferentes contextos: Brasil e Europa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 875-898, dez. 2014.

MOLL, J. Escola de tempo integral. In: OLIVEIRA, D. A. *et al.* **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

PAOLIS, M. de. **Gestão da ampliação da jornada escolar no ensino fundamental**: políticas e práticas. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, Á. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 17-36, 2014.

SANTOS; M. L. S. dos; SILVA, K. N. P. Estado da arte sobre a educação integral em Redes Municipais de Ensino no Brasil (2007-2017). **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 25, n. 50, p. 139-160, jul./dez. 2019.

SCHMITZ, V.; TOMIO, D. O clube de ciências como prática educativa na escola: uma revisão sistemática acerca de sua identidade educadora. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 305-324, 30 dez. 2019.

Referências dos Trabalhos Revisados

Os títulos das dissertações e teses revisadas constam no quadro 2. Para acessar as referências completas, devido ao número máximo de páginas do *template* da Revista, optamos em listá-las no *link*: <https://docs.google.com/document/d/1QQQ1V9R4GnEpTF0IYbxSQnEFK93ubEbP/edit?usp=sharing&oid=115269638297243090512&rtpof=true&sd=true>

Recebido em 10 de outubro de 2023.
Aceito em 07 de novembro de 2023.